



Eleições Presidenciais dos Estados Unidos da América de 2020

No dia 3 de novembro irão ser realizadas as eleições presidenciais nos Estados Unidos da América, em resultado das quais será eleito o 46º presidente americano. Este evento reveste-se de especial importância, num momento marcado pelos efeitos económicos e sociais do surto epidemiológico de COVID-19. Às eleições, concorre pelo Partido Republicano o atual presidente, *D. Trump*, e pelo Partido Democrata *J. Biden*, ex. vice-presidente de *B. Obama*. O respetivo vencedor será empossado a 20 de janeiro de 2021 para um mandato de quatro anos. As divergências mais relevantes entre as propostas defendidas pelos dois candidatos são a respeito das políticas fiscais e externa, nomeadamente no que se refere ao comércio internacional.

Processo Eleitoral

O processo eleitoral americano tem algumas peculiaridades que o distinguem de outros sistemas, nomeadamente dos europeus. Embora existam vários partidos, na prática é um sistema bipartidário, onde normalmente apenas dois candidatos disputam o lugar de presidente, sendo os mesmos eleitos previamente nas eleições primárias de cada partido. No dia 3 de novembro, os eleitores americanos irão votar em cada Estado para os delegados que os irão representar no Colégio Eleitoral que, por sua vez, a 14 de dezembro irá eleger oficialmente o presidente e o vice-presidente. Em quase todos os Estados, os respetivos delegados eleitos serão do partido do candidato mais votado nesse local (num processo conhecido como *winner takes all*). Contudo, no *Maine* e no *Nebraska* é efetuada uma alocação proporcional aos votos.

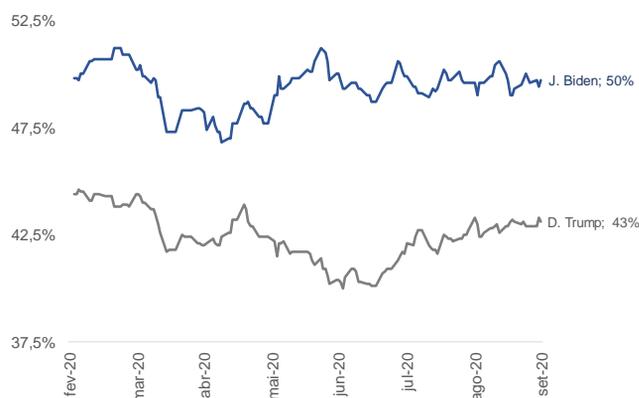
Adicionalmente, ainda que a eleição do presidente seja a mais mediática, neste evento estará também em causa o controlo do Senado, que tem sido maioritariamente republicano desde 2014. Atualmente, dos 100 senadores, 53 são republicanos e 45 democratas ao que acrescem 2 independentes. Contudo, estão a ser disputados 35 lugares (23 atualmente pertencentes a senadores republicanos e 12 a democratas) para o mandato regular de seis anos, pelo que o controlo desta câmara do Congresso poderá ser alterado. Neste âmbito, uma vez que a capacidade do presidente eleito de implementar uma boa parte das suas propostas depende do Congresso, o resultado das eleições para o Senado terá um impacto substancial na prossecução da estratégia futura da Casa Branca. Desta forma, se o Senado ficar com uma maioria de um partido que não o do Presidente, as moções deste último poderão encontrar maior resistência.

Cenários de Incerteza

No final de setembro, as sondagens nacionais recolhidas pela plataforma *Real Clear Politics* apontavam para uma vantagem favorável ao candidato democrata, *J. Biden*. De acordo com estas sondagens, e analisando a sua distribuição por Estado, o candidato democrata poderá

contar com os votos de 226 delegados vs. 125 a favor de *D. Trump*, estando ainda indecisos Estados correspondentes a 187. O diferencial de intenções de voto resulta, em grande parte, de eleitores caucasianos com mais de 60 anos e, também, de eleitores com ascendência latina. No entanto, a popularidade do candidato democrata junto destes últimos é menor que a de *H. Clinton* ou de *B. Obama*, um fator que poderá aumentar a incerteza sobre o sentido de voto em Estados como o Arizona ou a Flórida.

Evolução das intenções de voto (média ponderada das sondagens publicadas até final de setembro de 2020)



Fonte: Caixa Gestão de Ativos, *Real Clear Politics*

Considerando que o diferencial nas intenções de voto poderá sofrer alterações, sobretudo atendendo ao número de indecisos e à possibilidade destas eleições registarem a menor abstenção das últimas décadas, algo que poderá não estar refletido nas sondagens, uma vitória com uma larga margem de qualquer candidato será difícil. Acresce a possibilidade do Senado obter uma maioria diferente do partido do presidente, um cenário que, na eventualidade da contestação dos resultados, condiciona tanto a escolha do presidente como a transmissão pacífica de poder.

A incerteza em torno do resultado eleitoral tem sido reforçada nas últimas semanas atendendo ao número elevado de votos por correspondência esperado, algo que poderá prolongar o período de contagem dos mesmos (...)



(...) para além do dia das eleições e suscitar acusações de eventual manipulação. Já em 2000, também por suspeitas de manipulação de votos, os resultados tiveram de ser confirmados pelo Supremo Tribunal, com *G. W. Bush* apenas a ser declarado vencedor após 5 semanas.

No enquadramento atual, de acordo com a Constituição dos EUA, os Estados terão de certificar o respetivo candidato vencedor no máximo até ao dia 8 de dezembro, uma vez que o Colégio Eleitoral irá reunir-se a 14 de dezembro para eleger o futuro presidente e comunicar o vencedor ao Congresso. Nesta data, caso a vitória seja por uma margem reduzida ou exista contestação dos resultados, potencialmente implicando uma intervenção judicial, o processo de eleição poderá ser assumido pelo Congresso. Assim, após o novo Congresso tomar oficialmente posse no dia 6 de janeiro, caso não exista um presidente eleito, inicia-se um processo para a sua eleição até ao Dia da Inauguração (21 de janeiro). Neste contexto, a Casa dos Representantes elegerá o presidente e o Senado o vice-presidente, colocando-se três cenários possíveis:

- Ambas as câmaras elegem o presidente e o vice-presidente;
- Se a Casa dos Representantes não for capaz de chegar a acordo sobre o presidente e o Senado eleger o vice-presidente, este último irá atuar como presidente interino até à eleição do primeiro;
- Se nenhum dos candidatos tiver sido confirmado nas duas câmaras do Congresso, a líder da Casa dos Representantes (atualmente *N. Pelosi*) atuará como presidente interino.

Principais Propostas de *D. Trump* e de *J. Biden*

O presidente eleito para o próximo mandato terá como um dos principais desafios a gestão da recuperação económica do país, após o surto pandémico global que originou um aumento da taxa de desemprego para níveis só comparáveis com os da Grande Depressão. Existem divergências substanciais entre as soluções apresentadas por cada um dos candidatos, pelo que da escolha do presidente resultarão diferentes estratégias futuras, não só ao nível económico mas também geopolítico, da maior economia do mundo.

Política Fiscal: Uma das áreas onde existe maior dissonância entre os candidatos. O mandato de *D. Trump* pautou-se pela redução de impostos às empresas, com o objetivo de estimular o investimento e o consumo. O candidato democrata pretende reverter estes cortes, aumentar as taxas marginais sobre os rendimentos de singulares mais elevados e implementar em simultâneo

novos impostos, nomeadamente sobre o setor imobiliário. As receitas obtidas com estes montantes serão maioritariamente direcionadas para programas sociais.

Política Externa: O candidato democrata defende a reversão de algumas medidas protecionistas impostas pela administração *Trump*. Contudo, ainda que pretenda reforçar as relações com os países aliados, tem como mote o “*Made in America*”, o que poderá resultar na continuação da atual retórica protecionista. *D. Trump*, por seu lado, deverá manter a postura atual, implicando a renegociação de acordos comerciais e a continuação das tensões diplomáticas com a China. Será de sublinhar que *J. Biden* também efetuou duras críticas à China, pretendendo interagir com os seus aliados para combater práticas abusivas, nomeadamente no que concerne a direitos humanos. Desta forma, embora as relações diplomáticas e comerciais com a China devam continuar envoltas em incerteza com qualquer presidente eleito, uma vitória democrata poderá permitir uma reaproximação à NATO e à UE.

Imigração: A redução da imigração tem sido uma prioridade da atual administração, visível na construção do muro na fronteira com o México, na reforma da lei do asilo e nas políticas de atribuição de visas e de deportação mais restritivas. O candidato democrata tem condenado esta abordagem, pretendendo aplicar políticas mais flexíveis, ainda que não pretenda reverter a construção do muro existente com o México.

Defesa: A intervenção atual dos EUA em vários conflitos internacionais, e os custos que a mesma acarreta, tem sido alvo de contestação nos últimos anos por diversos quadrantes políticos e por grande parte da população americana. *D. Trump* tem defendido um aumento do investimento nas forças armadas e a redução do envolvimento no Médio Oriente. Já *J. Biden* pretende reduzir a presença em determinadas regiões, como é o caso do apoio à Arábia Saudita no conflito com o *Yemen*, defendendo uma maior interação com os aliados.

Energia: O candidato republicano promove a utilização de combustíveis fósseis, colocando dúvidas sobre o impacto efetivo da atividade humana no clima. *J. Biden*, por sua vez, pretende reforçar o investimento em infraestruturas e tecnologias relacionadas com energias renováveis, num montante anunciado de 2 biliões de dólares.

COVID-19: *J. Biden* critica abertamente a gestão da pandemia por *D. Trump*, apresentando um plano onde inclui o uso obrigatório de máscaras. Já *D. Trump* defende a implementação de medidas com base em alguns pareceres científicos e o reforço do investimento em vacinas.

Para além da Direção de Estratégia - Alocação de Ativos e da Direção, contribuiu para a elaboração deste documento a Direção de Supervisão e *Compliance*, na revisão do mesmo.

Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.

Sede Social: Av. João XXI, 63 - 1000-300 Lisboa

Capital Social € 9.300.000 - NIPC 502 454 563

www.caixagestaodeativos.pt

Esta informação não constitui uma recomendação de investimento e não pode servir de base à compra ou venda de ativos nem à realização de quaisquer operações nos mercados financeiros assim como não deve ser considerado a base de qualquer tipo de contrato.

A presente informação incorpora a visão desenvolvida pela Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. (empresa do grupo Caixa Geral de Depósitos), e baseia-se em informação pública disponível e nas condições de mercados à data, proveniente de várias fontes que se creem credíveis, não sendo possível garantir que a mesma esteja completa ou precisa, estando sujeita a revisões, atualizações e alterações futuras sem aviso prévio. Não pode, assim, ser imputada qualquer responsabilidade à Caixa Gestão de Ativos por perdas ou danos causados pelo seu uso.

A informação contida neste documento é realizada com um objetivo informativo, sendo enviada como um instrumento auxiliar, não podendo servir de base a qualquer investimento que possa ser realizado. Na preparação do presente documento não foram considerados objetivos de investimento, situações financeiras ou necessidades específicos dos clientes, não tendo existido na sua elaboração a adequação da informação a qualquer investidor efetivo ou potencial nem ponderadas circunstâncias especificadas de qualquer investidor efetivo ou potencial.

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura.

A presente informação não dispensa, de modo algum, a consulta das Informações Fundamentais destinadas aos Investidores e dos Prospetos, disponíveis em www.cmvm.pt e em www.caixagestaodeativos.pt.

Não está autorizada a publicação, duplicação, extração e transmissão destes conteúdos informativos. A Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. não se responsabiliza por qualquer facto suscetível de alterar a integridade do conteúdo desta mensagem, resultante da sua transmissão eletrónica.

A Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. alterou, em setembro de 2019, a sua denominação para Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.. A partir de abril de 2020, a Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. passou a denominar-se Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.